

MELISSA SCHEIDT

**REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS
DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialização do Curso de Organização do Trabalho Pedagógico – OTP, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Haracemiv

CURITIBA

2006

SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO COMO DIREITO.....	04
Educação e a conquista da identidade.....	05
Educação à distância	06
Consolidação da Educação à distância.....	07
Professor - parceiro do estudante.....	08
CAPÍTULO II - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	11
Lei de Diretrizes e Bases da Educação	12
A EAD e os aspectos legais.....	16
Indicadores de qualidade para uma educação à distância.....	17
CAPÍTULO III - O ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	20
Autonomia no processo da EAD.....	22
Pensando sobre a autonomia.....	23
CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXO 1.....	28
ANEXO 2.....	31
ANEXO 3.....	32

RESUMO

Este estudo, apresenta que, a partir do século XX, há novas formas de demandas sociais e educacionais diretamente relacionadas com as inovações tecnológicas. A Educação a Distância (EAD) uma nova forma na modalidade de ensino, que com as novas exigências deste segmento, o aluno passa a ter um aprender mais autônomo, dependendo muito mais dele a construção do conhecimento. Nesta linha, o professor é chamado para desempenhar múltiplas funções dentro do processo, sendo que o ensinar a aprender se demonstrará como a mais importante, visto que o professor “ensinará” através de vários meios de interação (e-mail, vídeo, laboratórios, salas de meios, etc.), um aluno mais desvinculado da educação tradicional. A situação “nova”, “diferente” do processo da Educação a Distância terá como orientador o Estado e os Códigos de Leis do Ministério da Educação. Em todas as muitas variações dos discursos, encontram-se programas em que a dimensão pedagógica, a capacitação do professor, a dimensão didática, a competência de comunicação, a dimensão tecnológica e a cultura técnica são abordadas, sendo que estes, passam a orientar os diversos Projetos Políticos Pedagógicos da Educação a Distância. Neste processo acaba-se não levando em conta que por ser uma Educação “diferente” e “inovadora” ela poderá acarretar o preconceito da sociedade e o estigma no aluno, sobrepondo-se às concepções da construção social e cultural do indivíduo.

Palavras-chave: educação à distância; autonomia; condições sociais e institucionais;

INTRODUÇÃO

O princípio que motivou esse estudo sobre a Educação a Distância (EAD) com ênfase na autonomia e no estigma, foi a mudança que se deu no perfil da educação formal em que pelas distâncias geográficas, a falta de oportunidades, a carências econômicas, entre outros motivos, leva muitos indivíduos a buscarem esta nova opção de estudo.

Com as novas aberturas para as tecnologias da informática dentro da Educação, os ambientes computacionais de ensino passaram a serem vistos como uma excelente alternativa também para a Educação a Distância (EAD). Esta “nova” forma de Educação aparece, com mais ênfase nestas duas últimas décadas, como um novo modelo de organização da escola, dos professores, dos materiais didáticos e dos alunos.

Seguindo a demanda crescente de oportunidades educacionais, a EAD passa a ser percebida como uma “solução” para as expectativas tanto do Ministério da Educação, das Secretarias Educacionais, das Escolas e de Alunos interessados na continuidade dos estudos.

Conforme será apontado neste estudo, no Capítulo I, ao considerar a educação formal como um direito fundamental de todas os indivíduos, e tendo nos dados do IBGE que o número de não-alfabetizados brasileiros é quatro vezes maior que o de brasileiros com curso superior completo, revelando-se a existência de 24 milhões de analfabetos no País, e que estes, por não terem estudo formal ou terem apenas pouco tempo de estudo, acabam por terem problemas profissionais e financeiros, que se demonstram na sua maioria das vezes pela falta de emprego ou por uma instabilidade deste e que acaba interferindo de modo significativo nas suas vidas e de seus familiares.

Dentro das novas oportunidades de educação que estão surgindo, para proporcionar a todos os indivíduos novas habilidades, oportunidades e expansão dos conhecimentos através da educação continuada, encontramos a Educação a Distância (EAD), que se demonstra como uma alternativa a escola de estrutura e de ocupação de espaço físico tradicional.

Na EAD o professor torna-se um parceiro dos estudantes no processo de construção do conhecimento, e também gerindo as dificuldades devido ao uso de

tecnologias e ao excesso e dispersão das informações disponíveis. A principal característica da EAD é a forma que se dá a interação do aluno com o professor e com o conteúdo. O aluno nesta modalidade de ensino fica impossibilitado de se manter passivo.

No Capítulo II demonstraremos como a prática da EAD surgiu em outros países e de como ela foi reorganizada nos parâmetros do Brasil. Tomaremos contato de como o desenvolvimento da EAD nos últimos anos serviu para implementar os projetos educacionais mais diversos e para as mais complexas situações: cursos para o ensino de ofícios, capacitação para o trabalho ou divulgação científica, campanhas de alfabetização e também estudos formais em todos os níveis e campos do sistema educacional.

Analisaremos como o preconceito e a falta de informação que acabam dificultando ou até mesmo impedindo a consolidação de ações, sendo que, ao se seguir padrões comuns e pré-estabelecidos e fechar-se a novas oportunidades, os indivíduos deixam muitas vezes de lado elementos que são de grande relevância social, política e econômicas. Apontaremos também, que somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei N 9394/96) a implantação gradativa da Educação a Distância (EAD) no Sistema de Ensino brasileiro foi se consolidando. Sendo que, a base principal das práticas nos projetos e processos da EAD com seus indicadores de qualidade e objetivando orientar gestores de Instituições de Ensino, professores e técnicos se dão pelo Ministério da Educação - MEC através da Secretaria de Educação a Distância – SEED; em que o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância atua como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância, inclusive tentando resolver problemas internos que se dá, com as articulações e mesmo com a comunicação e que se demonstram um dos grave empecilho para uma efetiva e real inclusão do processo da EAD entre as escolas e os seus órgãos representantes. Apontamos também que, no processo de EAD as informações e os esclarecimentos por parte das instituições que oferecem o curso são primordiais, visto que as taxas de evasão podem vir a serem altas caso o estudante não organize seu tempo e seu espaço.

No Capítulo III, refletiremos como o preconceito e a falta de informação acabam dificultando ou até mesmo impedindo a consolidação de ações. Em que ao se seguir padrões comuns e pré-estabelecidos e fechar-se a novas oportunidades, os indivíduos deixam muitas vezes de lado elementos que são de grande relevância social, política e econômicas. Indicaremos como os futuros alunos por fazerem parte desta nova modalidade de educação poderão vir a carregar um estigma (uma forma de discriminação) pessoal ou profissional, baseados nos estudos de Erving Goffman em seu livro Estigma (1980) em que demonstra como todas as pessoas são caracterizadas pela sociedade.

Trabalharemos a idéia da autonomia no processo da EAD em que este aluno ao ter a sua "liberdade acadêmica" ampliada estimulará o planejamento dos seus estudos com uma maior responsabilidade e de acordo com as suas próprias necessidades, ritmos e estilo pessoal de leitura e aprendizagem. Demonstraremos que irá depender do aluno, através de sua própria iniciativa, uma melhor apreciação do curso. Indicaremos vários autores e seus estudos no pensamento sobre a autonomia e de como os indivíduos constroem seus próprios significados e emprega-os como instrumento de seu pensamento individual para atuar no mundo e a importância das iniciativas, expectativas, necessidades, ritmos de aprendizagem, autonomia e interesses individuais dos alunos.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Segundo a UNESCO, a ONU e a LDB 9394/96, a educação é uma questão de direitos humanos, e todos os indivíduos devem fazer parte dela. É um direito primordial e fundamental de todas as pessoas¹. O ensino deve poder incluir a todos, independentemente da origem sócio-econômica, origem cultural, do talento, das necessidades especiais ou da distância geográfica.

Ao se procurar na educação a inclusão de todos, apesar das diferenças, a igualdade de direitos passa a ser respeitado e promovido como um valor conquistado e valorizado pela sociedade.

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valores e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, perante a educação formal e acreditarmos nas *novas oportunidades* de educação que estão surgindo, para proporcionar a todos os indivíduos novas habilidades e oportunidades.

Segundo os dados da pesquisas do IBGE², o número de não-alfabetizados brasileiros é quatro vezes maior que o de brasileiros com curso superior completo. Aponta ainda a existência de 24 milhões de analfabetos no País. O que equivale dizer que aproximadamente 24 milhões de brasileiros não possuem uma das condições básicas para serem cidadãos participantes de uma sociedade letrada e democrática. De qualquer forma, a taxa de analfabetismo no Brasil vem caindo consideravelmente em cada década. De 80 para 90, o número caiu de 25,1% para 16,7%, demonstrando que apesar do aumento da população, o índice de analfabetismo caiu.

O problema na educação no Brasil não se restringe apenas ao número de analfabetos. Ainda segundo esta mesma pesquisa do IBGE, há uma defasagem na relação idade-série, principalmente entre 15 e 17 anos, faixa onde o estudante teria

¹ UNESCO - Conferência Mundial de 1994.

ONU – Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação 9/10/1998.
LDB – No 9394 - Decreto 2.494, Art. 80 de 10/02/1998.

² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2002.

que estar no ensino médio, mais da metade 55%, ainda se encontra na educação fundamental.

Aqueles que estão entre 18 e 19 anos, idades que o aluno poderia estar no pré-vestibular ou graduação, 49% estão no ensino médio, 34% no fundamental e somente 17% se encontram no curso superior ou são vestibulandos. Outro detalhe nesta faixa etária: apenas 50% ainda estão estudando. Já os estudantes que têm entre 20 a 24 anos, 37% estão no ensino médio, 31% na graduação e 27% ainda no ensino fundamental. Neste grupo, somente 25,2% do total dos cidadãos ainda freqüentam alguma escola ou universidade.

Entre a população com 25 anos ou mais de idade que concluiu o nível superior, o estudo mostra que 55% são mulheres. No entanto, entre os pós-graduados, os homens representam 57%, o que, segundo o IBGE, é explicado pelo fato das mulheres nesta faixa etária estarem no pico de sua fecundidade e, portanto, dividindo seu tempo entre trabalho, estudo e cuidados com a família.

Segundo os dados IBGE da década de 90, 44% da população só concluíram até a 3ª série do ensino fundamental, que quase um terço da população da área rural não teve acesso à educação; que um quarto da população rural não tem escolaridade ou quando a tem não ultrapassa a um ano de estudo. Esta pesquisa mostra ainda que o brasileiro permanece menos tempo que o necessário nas escolas. Enquanto que o mínimo exigido na educação básica é de 11 anos, o estudante só fica, em média, de 4 a 7 anos. Do total, 18% têm ou tiveram os anos de estudo necessários para uma formação básica. O estudo demonstra, ainda, que apesar da melhoria da situação educacional ao longo dos anos, principalmente na faixa etária dos 10 aos 14 anos, onde 94,6% das crianças estão na escola, apenas 1/3 da população brasileira – pouco mais de 53 milhões de pessoas – tem acesso à educação e que quanto menor o rendimento mensal familiar, as chances de freqüentar a escola diminuem.

EDUCAÇÃO E A CONQUISTA DA IDENTIDADE

Estes adolescentes e adultos ao se privarem de uma educação formal continuada, em muitos dos casos, acabam por ter problemas profissionais, de carreira e financeiros, que se demonstram pela falta de um emprego ou por uma

instabilidade deste e que acaba interferindo de modo significativo nas suas vidas e de seus familiares.

Temos que a educação se fortalece como um incentivo ao desenvolvimento humano, a conquista de identidade, a iniciativa e o fortalecimento das relações internas e sociais. Ao passarem a ter uma nova alternativa de estudo ou para a continuidade deste, percebe-se que novas opções de trabalho se demonstram de uma forma melhor.

Ao desenvolvermos e incentivarmos ações educativas e profissionais, iremos sensibilizar os indivíduos a assumirem seus deveres e encontrarem caminhos e saídas no seu cotidiano, e nos casos mais graves, deixando de serem dependentes de programas e de benevolências públicas e particulares.

Estes indivíduos, ao voltarem a ter a opção de estudo, terão potencializadas reflexões que não priorizarão somente o desenvolvimento econômico, mas, que eles são atores sociais, sujeitos de mudanças culturais, econômicas e sociais, de acordo com as necessidades por eles mesmos vividos.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Dentre as novas possibilidades de expansão dos conhecimentos através da educação continuada, encontramos a Educação a Distância (EAD), que se demonstra como uma alternativa à escola de estrutura e de ocupação de espaço físico tradicional.

Com o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação, a educação passa por uma grande revolução quanto aos seus efeitos e possibilidades. São desenvolvimentos não só tecnológicos, mas de uma série de desenvolvimentos simultâneos que permitem uma interação cada vez maior dos vários atores sociais no contexto educacional.

Se considerarmos o grande número de adolescentes e de adultos que por morarem longe de centros educacionais acabam por abandonar ou nem começar os estudos, visto a impossibilidade física e geográfica, a EAD vem ao encontro dessas necessidades, permitindo o alcance de um grande número de pessoas e grupos, pela possibilidade de utilização de variados recursos pedagógicos-didáticos-tecnológicos.

Um dos benefícios fundamentais que a EAD pode trazer é através de diferentes modos possibilitar a participação dos indivíduos para a aprendizagem e também na reciclagem de conhecimentos.

Segundo a UNESCO (1994):

“A educação a distância facilita o cumprimento do princípio de igualdade de oportunidades. Leva a educação a grupos sociais com poucas possibilidades de acesso ao ensino: populações dispersas e alijadas geograficamente, com escassos recursos financeiros e grupos em condições desvantajosas, bem como explora as possibilidades das novas tecnologias da informação e da comunicação”.

A principal característica da EAD é a forma que se dá a interação do aluno com o professor e com o conteúdo. O aluno nesta modalidade de ensino fica impossibilitado de se manter passivo, ele é constantemente estimulado a se comunicar através das possibilidades tecnológicas, principalmente o computador. Neste processo, o ato presencial não se dará pelo corpo físico dos atores, mas sim, através da comunicação que se fará tanto oral (teleconferências e videoconferências) como na escrita (internet, e-mail).

CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O desenvolvimento da EAD nos últimos anos serviu para implementar os projetos educacionais mais diversos e para as mais complexas situações: cursos para o ensino de ofícios, capacitação para o trabalho ou divulgação científica, campanhas de alfabetização e também estudos formais em todos os níveis e campos do sistema educacional (MAIA, 2003; TACHIZAWA, 2003; PRETI, 2005).

Uma das grandes dificuldades da EAD tem a ver com sua posição de baixo prestígio no campo da educação. Tendo sido considerada por longo tempo como uma solução paliativa, emergencial ou marginal com relação aos sistemas convencionais (BELLONI, 2003; PRETI, 2005):

“A EAD é geralmente vista pelo público em geral e pelos atores no campo da educação – mesmo por aquele que nela atua – como uma segunda oportunidade para os que não tiveram acesso ou abandonaram o ensino regular. Esta percepção gera dúvidas quanto à qualidade do ensino oferecido pelo sistema de EAD e tende a enfatizar os fracassos, não obstante o sucesso de muitas experiências e a credibilidade de algumas das grandes universidades abertas européias” (BELLONI, 2003: 91).

O preconceito e a falta de informação acabam dificultando ou até mesmo impedindo a consolidação de ações. Ao se seguir padrões comuns e pré-estabelecidos e fechar-se a novas oportunidades, os indivíduos deixam muitas vezes de lado elementos que são de grande relevância social, política e econômicas.

Ao pensarmos na EAD como algo "novo", não tradicional, "não comum" que não é "normal naquele meio", e que pelo seu processo "estilo on-line" de aulas em que há a separação física entre professor e aluno e não se tem uma "construção com estrutura material", e pelos modelos de avaliações e mesmo de organização, este modelo de estudo "diferente" passa a ser visto e considerado inferior ou de baixa qualidade, para aqueles que não conhecem o programa ou tem poucas informações e que acabam tendo em muitos casos uma visão do "senso comum".

Quando se pensa sobre as escolas, em um aspecto geral, pensa-se nelas como uma construção "estagnada", que durante todo o seu processo se manteve neste formato. Esquece-se que as escolas são construções sociais e culturais dos povos e não algo imutável e natural, sendo assim são passíveis de serem criadas, recriadas e enriquecidas com novas experiências e práticas educacionais. Nos estudos sociológicos, encontramos Max Weber (1974) que esclarece através das suas reflexões que "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu".

PROFESSOR - PARCEIRO DO ESTUDANTE

Neste processo da EAD os professores se apresentam com uma nova identidade, "...continuam tendo um papel fundamental na construção conjunta do processo de conhecimento autônomo de cada aprendiz" (MARTINS/PRETI, 2005), entretanto, ao utilizarem das novas tecnologias e ao criarem um novo projeto político-pedagógico direcionada a EAD os espaços de aprendizagem vão sendo ampliados através de conjuntos de pesquisas, reflexões e de novas metodologias de trabalho.

A idéia de uma educação de "sistema fechado" passa não mais a ser pensada. Passa-se a pensar a educação como um todo, onde aspectos sociais, culturais, políticos e mesmo sócio-econômicos são percebidos em suas várias ações

como uma prática social sujeita as mudanças constantes da sociedade. Neste contexto o professor de EAD tende a trabalhar em processos do conhecimento que estão em constante construção e reconstrução.

“Cabe ao professor, na EAD, criar ambientes de aprendizagem que oportunizem o desenvolvimento da criatividade, da intuição, da investigação, da resolução de problemas e do senso crítico. A EAD oportuniza, ainda, o trabalho coletivo, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Ela envolve no processo ensino-aprendizagem o professor, o aluno e o orientador de aprendizagem (tutor), além de exigir também o trabalho compartilhado, coletivo na ação de planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações, de especialistas em informática, comunicação, educação, etc.” (PRETI, 2005: 82).

Na EAD o professor torna-se parceiro dos estudantes no processo de construção do conhecimento. E também gerindo as dificuldades devido ao uso de tecnologias e ao excesso e dispersão das informações disponíveis. Este professor atuará diante de um novo tipo de estudante, mais autônomo. Acontece uma “nova lógica” com relação a o papel do professor e na sua fórmula de *ensinar a aprender*. (BELLONI, 2003: 82-83):

“De um lado, as múltiplas facetas deste papel, desempenhadas no ensino presencial por uma pessoa próxima do aprendente, que se separam em funções diferentes mais ou menos afastadas do aluno; e, por outro lado, a perda da posição central do professor e de seu estatuto de “mestre” e sua nova posição de parceiro, de prestador de serviços, recurso ao qual o aluno recorre quando sente necessidade, ou conceptor/realizador de materiais”.

Este “novo” professor deverá estar preparado para a inovação tecnológica e suas conseqüências pedagógicas e também para a formação continuada. Dentre as qualificações dos professores de EAD a cultura técnica e a capacidade de integrar materiais pedagógicos em suportes tecnológicos e produzir novos materiais e elaborar a forma de inserção deste junto com o aluno.

Para BELLONI (2003: 89-92) do ponto de vista teórico, a formação do professor, tanto para EAD como para o ensino presencial adequado ao presente e ao futuro, deve organizar-se de forma a atender as necessidades de atualização em três grandes dimensões: pedagógica, tecnológica e didática:

“A **dimensão pedagógica** se refere às atividades de orientação, aconselhamento e tutoria e inclui o domínio de conhecimentos relativos ao campo específico da pedagogia. A **dimensão tecnológica**, abrange as relações entre tecnologia e educação em todos seus aspectos: a utilização

dos meios técnicos disponíveis, que inclui a avaliação, a seleção de materiais e a elaboração de estratégias de uso, bem como a produção de materiais pedagógicos utilizando estes meios. A **dimensão didática**, diz respeito à formação específica do professor em determinado campo científico e à necessidade constante de atualização quanto à evolução da disciplina, atualização esta que deve estar relacionada com a dimensão tecnológica, pois deve referir-se também ao uso de materiais didáticos em suportes técnicos”.

A EAD tenta através da sua nova abordagem demonstrar que

“... uma das tarefas iniciais do orientador/professor é desenvolver no estudante o hábito de planejar e autogerir os estudos, exercitá-lo na leitura crítica e produtiva e despertar nele o sentimento que pertença a um projeto, a uma instituição educativa, e o de auto-estima” (PRETI, 2005: 40).

Segundo PRETI (2005), as mudanças de paradigmas nas diversas áreas econômicas e sociais acaba fazendo com que os indivíduos aprendam a fazer “escolhas”.

“Isso fez com que a educação, também, sofresse mudanças tanto em sua organização como em seu campo simbólico. Os educadores passaram a elaborar novas metáforas e um novo discurso para (re) significar a formação e a prática do professor. Novas categorias e novas linguagens, que colocam o sujeito *aprendente* no centro das atenções, passaram a ser disseminadas” (PRETI, 2005: 110).

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para que a EAD seja bem compreendida e bem implementada é necessário uma prática pedagógica socialmente comprometida dentro do Plano Nacional de Educação, visto que este comprometimento está associado intimamente com as decisões políticas tomadas.

Ao tomarmos conhecimento de como a prática da EAD surgiu em outros países e de como ela foi reorganizada nos parâmetros do Brasil junto com as suas normatizações, apontaremos dificuldades e superações deste, que podem ocorrer quando se propõe a desenvolver um processo novo e abrangente.

A história da EAD (VIGNERON, 2005) teve seu ponto de início em meados de 1840 na Inglaterra com a criação do selo de correio. Ao se aproveitar desta nova invenção estenográfica foi criando o primeiro curso por correspondência. Já a primeira instituição de ensino que utilizou este novo método foi a escola alemã de línguas estrangeiras – Instituto Langenseherdt (1956).

O ensino de EAD visando a educação infantil se iniciou no começo do século 20 nas regiões mais isoladas da Austrália, do Canadá e da Nova Zelândia; as crianças recebiam os cursos por correspondência e se comunicavam com o professor através de rádio emissor e receptor.

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o ensino a distância passou a ser mais difundido em países como os Estados Unidos, a China, a França e a Espanha. Nestes países foram as empresas (de grande e de médio porte) que passaram a incentivar e disseminar instalando as infra-estruturas necessárias para o EAD. Até hoje, na Europa, a formação a distância permitiu mais de 2,5 milhões de pessoas obtivessem uma formação profissional.

Na América Latina, a partir dos anos 60, com o Brasil, a Venezuela e a Costa Rica temos que os modelos implementados de EAD são nos parâmetros inglês de produção e implementação, já se modificando a proposta inicial de cursos por correspondência.

No Brasil, a EAD se iniciou na década de 1960 com a popularização do rádio de pilha. Temos no Movimento de Educação de Base – MEB que é ligado a Igreja

Católica Brasileira, o primeiro e grande programa de alfabetização de adultos, através do Sistema de Rádio Educativo.

O governo brasileiro, na década de 1970 elaborou e implementou programas nacionais de educação a distância o Projeto Minerva (1970-1982) e o Logos (1973-1990), que não tinham conotação de universidade estatal a distância. A partir de 1986 houve a iniciativa de se criar uma comissão de especialistas do MEC e do Conselho Federal de Educação, para a viabilização de propostas em torno da Universidade Aberta. Em 1992, foi criada a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância na estrutura do MEC e, a partir de 1995, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) (PRETI, 2005: 32).

Os primeiros ambientes virtuais de aprendizagem surgiram com iniciativas isoladas dentro das Instituições de Ensino, utilizando os recursos da própria *web*, há cerca de 10 anos. Os cursos a distância se apresentavam essencialmente como páginas *web*, versões eletrônicas dos livros, com muitos textos, poucas figuras e animações e com pouquíssimas possibilidades de interação – feita quase que exclusivamente por meio do tradicional correio eletrônico (MAIA, 2002).

Com a popularização da *web*, surgiram novas possibilidades e ferramentas de comunicação, algumas em tempo real outras não. Muitos professores passaram a utilizá-las de formas isoladas em suas disciplinas e cursos, visto que estas permitiam a disponibilização de conteúdos, materiais didáticos e de apoio e uma nova forma de interação com os alunos. A partir daí, nesta mesma forma de reunir recursos de interação, as Instituições de Ensino, os professores e alunos, passaram a utilizar a rede *internet* e a *web* para pesquisar, apresentar, ilustrar, colocar materiais, produzir conteúdos e quase como uma conseqüência elaborar disciplinas semipresenciais e cursos totalmente a distância (MAIA, 2002; VIGNERON, 2005).

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação (Lei N 9394/96) promulgada em 20 de dezembro de 1996, é que teremos a implantação gradativa da Educação a Distância (EAD) no Sistema de Ensino brasileiro (Anexo 1). Sendo que segundo PRETI (2005: 36):

“Os programas implementados nos últimos 30 anos, que usaram a modalidade a distância, sempre correram por fora, na periferia das políticas educacionais, sendo muito mais ações ou estratégias emergenciais para dar conta de problemas graves e imediatos na educação, como o analfabetismo e a qualificação dos trabalhadores e dos professores, em particular”.

Temos na LDB (9394/96), no Art. 80 da lei, que a União incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e regulamentará os requisitos básicos necessários para a realização de exames e registros de diploma relativos a curso a distância (Projeto Político Pedagógico – UFPR 2001).

A base principal das práticas nos projetos e processos da EAD com seus indicadores de qualidade e objetivando orientar gestores de Instituições de Ensino, professores e técnicos se dão pelo Ministério da Educação - MEC através da Secretaria de Educação a Distância – SEED (Anexo 2).

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância atua como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Promove também a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

As linhas de ação da Secretaria de Educação a Distância do MEC, segundo os estudos de TACHIZAWA (2003: 59), fundamentam-se na existência de um sistema tecnológico cada vez menos oneroso, acessível e de manuseio mais simples, capaz de:

- trazer para a escola um enorme potencial didático-pedagógico;
- ampliar oportunidades em que os recursos são escassos;
- familiarizar o cidadão com a tecnologia que está em seu cotidiano;
- dar respostas flexíveis e personalizadas para pessoas que exigem diversidade maior de tipos de educação, informação e treinamento;
- oferecer meios de atualizar rapidamente o conhecimento;
- estender os espaços educacionais;
- motivar profissionais e alunos para aprender continuamente, em qualquer estágio de suas vidas.

A SEED representa as intenções do governo federal de investir na educação a distância e nas novas tecnologias como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira (Anexo 3).

Temos que as políticas institucionais se concentram principalmente em grandes centros e nas capitais, e também nas Instituições de Ensino de onde advém as concepções e metodologias do estudo em EAD. Ao sairmos deste plano macro e irmos a quem de fato necessita deste novo processo de ensino, percebe-se que de uma forma geral, poucos são os municípios e cidades do interior do Brasil que a EAD está sendo implementada ou que esta implementação está sendo bem assessorada pelos órgãos governamentais (MAIA, 2002; MEC - 2004).

Se nos propusermos a analisar os resultados do Levantamento de Informações das Dificuldades na Articulação em EAD⁵ feita pelo Ministério da Educação, veremos que as dificuldades encontradas neste processo e que são citadas pelas diversas Unidades da Federação que participam desta forma de educação, precisam ser verificadas e equacionadas, para que sejam buscadas alternativas e sugestões para aperfeiçoamento das gestões da EAD, mediante a articulação e parceria tanto por parte da União como dos seus Órgãos de Parcerias.

“As dificuldades mais citadas, no que concerne à integração e à articulação, estão relacionadas à falta de articulação entre os setores/órgãos educacionais da secretaria; realização de projetos de EAD não integrados; inexistência de um plano de gestão que possibilite ações sistematizadas e integradas; falta de articulação entre Estado-Município, ausência de uma política ou cultura que articule instituições das esferas públicas, como secretarias municipais e estaduais, órgãos de EAD, universidades; falta de definição de responsabilidades e competências dos diferentes envolvidos com a gestão da EAD, principalmente no que se refere a uma ação conjunta; e, finalmente, a falta de comunicação e articulação dos órgãos de EAD com escolas/professores, facilitando a integração das atividades de EAD nas e entre as escolas” (MEC, 2004).

Percebe-se que problemas internos, com as articulações e mesmo com a comunicação se demonstram um grave empecilho para uma efetiva e real inclusão do processo da EAD entre as escolas e os seus órgãos representantes. As contínuas mudanças administrativas nos diversos âmbitos (federais, estaduais e municipais), acabam por desarticular ações, decisões e programas da EAD,

⁵ Levantamento de Informações das Dificuldades na Articulação em EAD. Site do Ministério da Educação – www.mec.gov.br/seed

revertendo para a escola, seus professores e diretores a difícil missão de enfrentar as “novas” articulações e as “novas” mudanças.

“Outras dificuldades menos citadas, mas também importantes - algumas delas diretamente ligadas à questão da articulação/integração - são: a falta de cumprimento das contrapartidas das parcerias (estadual e municipal) para garantir a realização das ações; falta de continuidade dos projetos anteriores; o não entendimento, por parte de setores das secretarias, dos objetivos específicos e finalidades das coordenações de EAD; a falta de institucionalização da EAD; a falta de adequação de novas propostas de EAD à realidade existente; questões jurídicas para se fechar convênios; recursos financeiros; dimensão e diversidade dos serviços públicos no Estado; aspectos geográficos; diferenças filosóficas entre os programas; o pouco investimento e a falta de infra-estrutura tecnológica (acesso à internet; telessalas sem condições de funcionamento; falta de suporte tecnológico aos programas e equipamentos sem manutenção)” (MEC, 2004).

Perante o diagnóstico deste Levantamento, percebe-se que vários são os pontos de desarticulação e desintegração do conjunto de trabalho na EAD, tanto institucional, administrativo, pedagógico e técnico. Muitos dos “problemas” encontrados são comuns em várias escolas; ao se pensar em soluções e mudanças tem-se que velar em conta os principais atores deste processo, as escolas, seus professores, os técnicos, os alunos e a comunidade escolar. Será através das expectativas, das necessidades e das “soluções” que serão fornecidos possíveis aperfeiçoamentos para a gestão da EAD.

Ao levarmos em conta as dimensões territoriais do Brasil e de como este Projeto está em construção, com limitações e dificuldades e com a falta de incrementos financeiros, de comunicação e até mesmo de divulgação da oferta de cursos para a sua expansão, percebe-se que os objetivos e quem realmente precisa desta forma de educação não estão sendo alcançados.

Segundo MAIA (2002: 59):

“Ainda não existe em nossas universidades uma cultura de EAD institucionalizada. Professores, alunos e dirigentes não têm uma noção exata das transformações, vantagens e desvantagens desses novos meios e dessa nova pedagogia”.

Há a necessidade de que as Políticas Educacionais em relação a EAD sejam melhores divulgadas e esclarecidas principalmente nos locais onde há maior necessidade de que elas sejam implementadas. Em muitos casos os representantes

legais perante o Estado (governadores, prefeitos, deputados, vereadores) e também a sociedade civil mobilizada, não sabem ou não têm consciência das vantagens e benefícios de uma EAD (BELLONI, 2003; PRETI, 2005).

A EAD E OS ASPECTOS LEGAIS

Segundo o Ministério da Educação, um dos objetivos da EAD

“... é o de atender a uma crescente democratização do ensino, criando possibilidades de acesso e escolarização a um contingente de pessoas que não têm ou não teriam condições de freqüentar a educação escolar presencial”.

Se temos que a maioria da população enquadra-se dentro de um patamar de “possíveis estudantes”, ou seja, possui condições e características aceitáveis para participarem de uma EAD como morar longe de escolas, atraso no processo de escolarização, não conseguir conciliar os horários de trabalho com os horários de aula, ter abandonado os estudos e ter vontade de continuar, não poder pagar uma escola, por estar desempregado, pela necessidade de qualificação profissional, entre outros, percebe-se que sem ter uma política de divulgação, apoio e incentivo institucional, eles acabam continuando sendo mantidos excluídos desta nova possibilidade de aprendizado.

Encontrar um perfil e implementar um curso a distância que não entre em conflito com o paradigma tradicional de transmissão de conhecimento em que muitas vezes o aluno se mantém passivo para acompanhar as aulas, mas que por sua história se demonstra como a “única” possibilidade viável de educação é o maior desafio que implementadores e educadores da EAD têm que transpor (DEMO, 1998).

Consideramos neste trabalho a educação como um

“...projeto contínuo e inclusivo de desenvolvimento das capacidades físicas, emocionais e intelectuais, baseado em valores culturais e morais, permitindo que o indivíduo se torne uma pessoa e um construtor do saber” (VIGNERON, 2005).

Temos que a educação é um processo contínuo, que dá significado, um futuro, que dá coerência à ação. Nesta situação, ao estimularmos o indivíduo à

prática da EAD, podemos demonstrar que esse tipo de projeto pode organizar ou reorganizar a formação de um projeto de vida.

Embora a concepção da educação como um processo centrado no estudante seja aceita pela maioria dos educadores e professores em todos os níveis, em muitos dos casos ela acaba ficando em um nível de retórica. Visto que, um processo educativo centrado no aluno, como no caso a EAD, significa não apenas a introdução de novas tecnologias, mas principalmente uma reorganização de todo o processo de ensino de modo a promover o desenvolvimento das capacidades de auto-aprendizagem.

INDICADORES DE QUALIDADE PARA UMA EAD

No processo de EAD as informações e os esclarecimentos por parte das instituições que oferecem o curso são primordiais, visto que as taxas de evasão podem vir a serem altas caso o estudante não organize seu tempo e seu espaço. Na divulgação de uma EAD alguns itens devem ser observados por parte do futuro aluno:

- Os documentos legais que autorizam o funcionamento do curso;
- Os direitos e deveres que serão exigidos;
- Os pré-requisitos para ingresso;
- O número ideal de horas que o aluno deve dedicar por dia/semana aos estudos;
- O tempo limite para completar o curso;
- A necessidade de deslocamento para provas, estágios ou laboratórios e locais onde serão realizadas;
- O preço e condições de pagamento;
- Quais os custos cobertos pela mensalidade e que outros custos os alunos deverão arcar durante o programa (tais como deslocamentos para participação em momentos em que deverão estar presentes, provas, estágios etc.);
- Os materiais e meios de comunicação e informação e outros recursos que estarão disponíveis aos alunos;

- No caso de curso *on line*, indicar as características mínimas que o equipamento do aluno deve ter;
- Os modos de interação e de comunicação oferecidos para contato com o professor, orientador ou tutor;
- as condições para interromper temporariamente os estudos;
- as informações sobre como poderá ser abreviada a duração do curso, para alunos que tenham demonstrado extraordinário aproveitamento nos estudos, conforme prevê o art. 47, 2^a, da Lei No 9.394/96.

Também devem ser observados na abordagem de uma EAD, além dos recursos humanos e educacionais, a infra-estrutura material proporcional ao número de alunos e aos recursos tecnológicos envolvidos (TACHIZAWA, 2003: 231-234).

Com referência aos professores, os estudos de TACHIZAWA (2003: 223-224) indicam que a instituição que aborda a EAD, vê as funções deles se expandirem. Além dos professores especialistas nas disciplinas ofertadas e parceiros no coletivo do trabalho político-pedagógico do curso, deve constar com a parceria de profissionais de diferentes áreas e dispor de educadores capazes de:

- estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
- identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia etc., básicas e complementares;
- elaborar textos para programas a distância;
- apreciar avaliativamente o material didático antes e depois de ser impresso, videogravado etc., indicando correção e aperfeiçoamento;

- motivar, orientar, acompanhar e avaliar os alunos;
- auto-avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de EAD;
- indicar a política da instituição para capacitação e atualização permanente dos profissionais contratados.

Por parte das instituições que virão preparar seus programas de uma EAD alguns pontos são demonstrados nos estudos de TACHIZAWA (2003: 220), que são fundamentais para que haja uma integração com as políticas, diretrizes e padrões de qualidade. Podendo estas também ser organizadas, dependendo das necessidades sócio-culturais de cada região.

- Integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para cursos específicos e para o ensino de modo geral;
- Desenho do projeto: a identidade da educação a distância;
- Equipe profissional multidisciplinar;
- comunicação/interatividade entre professor e aluno;
- qualidade dos recursos educacionais;
- infra-estrutura de apoio;
- avaliação de qualidade contínua e abrangente;
- convênios e parcerias;
- edital e informações sobre os cursos a distância;
- custos de implementação e manutenção dos cursos a distância.

CAPÍTULO III

O ESTUDANTE E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Muito tem-se falado e escrito sobre os professores, os conteúdos, as didáticas e até mesmo das novas formas de tecnologias e nas mudanças no contexto da instituição formal e na metodologias a serem empregados aos alunos de EAD, entretanto, sentimos a necessidade de irmos a um outro extremo deste processo, propomos pensar também, de como e de que forma está se trabalhando a questão da EAD no Brasil em relação aos futuros alunos. Como está sendo feita a inclusão destes novos alunos e quais são as opções para eles em relação ao seu futuro profissional no mercado de trabalho e perante a sociedade.

Quais são as ações e os fatores que influenciam para a adoção de um projeto de EAD pelo estudante? Não nos referiremos a análises das dimensões pedagógicas, didáticas e nem tecnológicas, mas a fatores sociais que levam um possível estudante a uma adoção ou *não* adoção de um projeto de EAD.

Estes estudantes, por fazerem parte desta nova modalidade de educação, poderão vir a carregar um estigma (uma forma de discriminação) pessoal ou profissional?

Temos nos estudos de Erving Goffman³ em seu livro *Estigma*⁴ (1980) que todas as pessoas são caracterizadas pela sociedade. É a sociedade que estabelece atributos considerados naturais e comuns para os seus membros dependendo dos ambientes sociais e das suas categorias. Será a rotina das relações sociais em ambientes estabelecidos que nos permitirá o relacionamento com “outras pessoas” sem atenção ou reflexão particular.

“Quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” - para usar um termo melhor que “status social”, já que nele se incluem atributos como “honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais, como “ocupação” (GOFFMAN, 1980: 12).

³ Sociólogo americano com publicações consagradas na área da sociologia e psicologia.

⁴ Livro que reexamina os conceitos de estigma e identidade social, o alinhamento grupal e a identidade pessoal, o *eu* e o *outro*, o controle da informação, os desvios e o comportamento desviante, detendo-se em todos os aspectos da situação da pessoa estigmatizada.

Segundo GOFFMAN (1980), serão baseadas nessas “exigências” de concepções - mesmo ignorando que as fazemos, que caracterizamos um indivíduo. Este indivíduo ao demonstrar evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros, dentro da sua categoria, se demonstra menos desejável, passível de ser diminuída ou em “desvantagem”. Observa-se segundo este autor que

“...nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo” (GOFFMAN, 1980: 16).

Seguindo o pensamento de que há preconceitos anteriores que impedem o interesse ou mesmo a conclusão de processos da educação formal - idade, trabalho, distância, dificuldades econômicas, etc, percebe-se que a EAD por ser uma “educação de formato novo” poderá gerar perante a sociedade um estigma para esses estudantes, durante ou após a conclusão do curso.

Pode-se pensar que o simples ato de optar por uma forma não utilizada normalmente de educação pode acarretar a exposição ou implicações da posição que esse indivíduo mantém dentro do meio e da sociedade. Esta exposição dará meios para que a sua identidade pessoal seja avaliada ou reavaliada.

“A identidade pessoal, assim como a identidade social, estabelece uma separação, para o indivíduo, no mundo individual das outras pessoas. A divisão ocorre, em primeiro lugar, entre os que conhecem e os que não conhecem. Os que conhecem são aqueles que têm uma identificação pessoal do indivíduo; eles só precisam vê-lo ou ouvir o seu nome para trazer à cena essa informação. Os que não conhecem são aqueles para quem o indivíduo é um perfeito estranho, alguém cuja biografia pessoal não foi iniciada” (GOFFMAN, 1980: 77-78).

Portanto, a “manipulação” da identidade pessoal ou social, variará segundo o conhecimento ou desconhecimento que as pessoas tem do indivíduo em questão, e também variará de acordo com as funções e a organização que está ocorrendo naquele meio. Temos que se por um lado a informação pessoal que esse indivíduo passar for negativa, a identidade social se revelará depreciada, enquanto que se a forma for positiva, esta lhe ressaltará as qualidades e os aspectos favoráveis no meio.

“O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma

linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1980: 18).

AUTONOMIA NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A diferença básica entre educação presencial e a distância está no fato de que, nesta, o aluno tem acesso ao conhecimento e desenvolve hábitos, habilidades e atitudes relativos ao estudo, à profissão e a sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda em tempo integral da aula de um professor, mas com a mediação de professores, orientadores ou tutores (TACHIZAWA, 2003; BELLONI, 2003; PRETI, 2005).

O aluno no processo da EAD tem a sua “liberdade acadêmica” ampliada. Dependerá dele quando e quanto tempo dedicará ao estudo. Esta “flexibilidade” faz com que o aluno planeje os seus estudos com uma maior responsabilidade e com autonomia e também de acordo com as suas próprias necessidades, ritmos e estilo pessoal de leitura e aprendizagem, sem estar condicionado a uma estrutura ou a parâmetros da presencialidade.

Irá necessariamente depender do aluno, através de sua própria iniciativa, uma melhor apreciação do curso garantido a qualidade, visto que este se manterá em uma linha de interesse e que conseqüentemente lhe trará melhores oportunidades na área que deseja e uma maior consciência do seu papel de autônomo neste processo de aprendizagem.

No campo da EAD, a capacidade do aluno de ser autônomo no processo de aprender e de estudar acentua-se. Categorias como a de autogestão, auto-aprendizagem, auto-estudo, autoformação, auto-organização, autonomia, autonomização e autodidatismo são destacadas sendo que a “centralidade” do sujeito é ressaltada.

Temos na centralidade a autonomia individual, que se manifesta como uma qualidade social, produzida e construída pelo homem, “É a capacidade de decidir o que fazer e como fazer, de dar “intencionalidade” e direção às ações” (PETRI, 2005: 117).

PENSANDO SOBRE A AUTONOMIA

Vemos em Paulo Freire que a pedagogia deve deixar espaço para o aluno construir seu próprio conhecimento, sem se preocupar em repassar conceitos prontos, o que freqüentemente ocorre na prática tradicional, que acaba fazendo do aluno um ser passivo, em que se “depositam” os conhecimentos para criar um banco de respostas em sua mente. Todos nós desenvolvemos relações entre ação e reflexão por meio de experiências concretas. “Não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade” – relação que se cria quando o homem compreende sua realidade e a transforma, o que por sua vez ao transformar a sua realidade, o homem se modifica, modificando sua ação e sua reflexão. Temos, que a educação é uma busca constante do homem, que deve ser o sujeito de sua própria educação (FREIRE, 1999: 17-28).

Seguindo esta mesma abordagem, temos em Jean Piaget que o conhecimento não é transmitido. Ele é construído progressivamente por meio de ações e coordenações de ações, que são interiorizadas e se transformam. “A inteligência surge de um processo evolutivo no qual muitos fatores devem ter tempo para encontrar seu equilíbrio” (PIAGET, 1988: 14). Temos nesta linha que é a partir de suas próprias ações que o indivíduo constrói suas estruturas em interação com o seu meio, sendo que

“... o conhecimento não procede, em suas origens, nem de um sujeito consciente de si mesmo nem de objetos já constituídos (do ponto de vista do sujeito) que a ele se impoiam. O conhecimento resultaria de interações que se produzem a meio caminho entre os dois, dependendo, portanto, dos dois ao mesmo tempo, mas em decorrência de uma indiferenciação completa e não de intercâmbio entre formas distintas” (PIAGET, 1988: 14).

Segundo PIAGET, a inteligência é um instrumento de adaptação do sujeito ao meio. As relações que se estabelecem entre o sujeito e o meio implicam um processo de construção e reconstrução permanente que resulta na formação de estruturas de pensamentos e estas ao serem permanentes são cada vez mais complexas. Para este autor a experiência que proporciona a construção de conhecimento não se caracteriza simplesmente por um fazer ou mesmo por um saber fazer, mas sim por uma reflexão sobre o saber fazer.

Nas teorias de VIGOTSKY (1989), a perspectiva do homem como sujeito total - enquanto mente e corpo, organismo biológico e social, que está integrado em um processo histórico. Para este autor, o indivíduo interioriza formas de funcionamento psicológico aprendidas através da cultura, mas ao assumi-las tornando-as suas: reelabora-as ou as recria, e as incorpora às suas estruturas. O indivíduo constrói seus próprios significados e emprega-os como instrumento de seu pensamento individual para atuar no mundo.

Ao pensar-se nas idéias aqui demonstradas por estes autores vemos a importância das iniciativas, expectativas, necessidades, ritmos de aprendizagem, autonomia e interesses individuais dos alunos em que (mesmo sem ter essa consciência) ao criar uma rede de inter-relações de conceitos, estratégias e pessoas ele é incitado a estabelecer conexões entre o novo conhecimento em construção e outros conceitos de seu domínio. Na EAD este conhecimento pode ser ainda mais relevante se pensarmos que ela é uma educação muito mais aberta e autônoma para o estudante.

CONCLUSÃO

Durante o transcorrer deste trabalho tomamos contato que por muito tempo o ensino da Educação a Distância foi considerado como uma simples alternativa para quem não poderia ter acesso a uma “verdadeira escola”, ou seja, cursos presenciais e orais; entretanto graças às suas múltiplas opções abertas, podemos pensar que a formação a distância poderá ser escolhida e acolhida por um número crescente de pessoas que combinarão estudo, trabalho e vida pessoal.

Ao se ter uma nova abertura diante do conhecimento em que se utilize o EAD como ferramenta para o desenvolvimento do indivíduo, em que as atividades podem se desenvolver em torno de projetos e não somente atados a conteúdos e temas, o aluno é levado a expressar suas próprias idéias seguindo o seu estilo de pensamento. Entretanto, “Não basta o senso comum, o bom senso. Necessita-se construir a autonomia sobre bases sólidas de análises e compreensão dos fatos e das situações” (PETRI, 2005: 118).

Ingressar em um processo de EAD não é simplesmente transformar o ensino presencial em ensino a distância, implica, antes de mais nada, repensar a formação, a educação. Segundo VIGNERON (2005: 60):

“Pensar na formação a distância é requerer o desenvolvimento do homem em todas as suas dimensões e o desenvolvimento de todos os homens; é contribuir com a implantação da tão falada e ainda pouco firmada educação para toda a vida. Pensar na educação a distância é prioritariamente questionar, construir, elaborar uma visão de mundo; é encorajar a atividade teórica”.

Nesta linha vemos que a tutoria aparece com um papel fundamental, pois é através dele como uma atividade mediadora entre o material didático e o aluno. Cabe ao professor tutor a orientação e correção dos exercícios de avaliação a distância, bem como os trabalhos práticos e o acompanhamento do aluno nos encontros presenciais, apoiando-o e motivando-o. O que irá diferenciar o tutor da EAD é fundamentalmente a concepção quanto à sua função dentro do sistema, será uma educação individualizada, cooperativa aluno-tutor motivando e facilitando a compreensão do conteúdo, contribui para a superação das dificuldades (BELLONI, 2003).

Ao se encontrar respostas educativas flexíveis e coerentes com a transformação do mundo, longe de qualquer forma de preconceito ou de estigma, temos na EAD a busca da igualdade de direitos e de oportunidades.

Amplia-se assim, as demandas culturais dos indivíduos, pela diversidade curricular e tecnológica, autonomia e flexibilidade dos procedimentos necessários da educação, visando a busca da individualidade de cada aluno dentro do sistema global.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas, Ed. Autores Associados, 2003.
- DEMO, P. Questões para a teleducação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1999.
- GOFFMAN, E. Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980.
- MAIA, C. Guia brasileiro de educação a distância 2002/2003. São Paulo: Ed. Esfera, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – site: www.mec.gov.br/seed
- PIAGET, J. Fazer e compreender. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1988.
- PRETI, O. et al. Educação a distância: sobre discurso e práticas. Brasília: Liber Livro, 2005.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – UFPR, 2001.
- TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. Tecnologias da informação aplicadas às instituições de ensino e às universidades corporativas. São Paulo: Atlas, 2003.
- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA TODOS – Coleção entenda e aprenda. São Paulo: BEI, 2002.
- VARGAS, D. J. Orientação acadêmica na educação a distância: O trabalho do leitor intermediário. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- VIGNERON, J. Sala de aula e tecnologias. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.
- VIGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo, Ed. Ícone, 1989.
- WEBER, M. Ensaio de sociologia; e outros escritos. In: Os pensadores. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1974.

ANEXO 1

Lei de Diretrizes e Base da Educação/ EAD

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998).

Em 3 de abril de 2001, a Resolução n.º 1, do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as normas para a pós graduação lato e stricto sensu.

A. EDUCAÇÃO BÁSICA na modalidade de Educação a Distância:

De acordo com o Art. 30º do Decreto n.º 5.622/05, "As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, exclusivamente para:

I - a complementação de aprendizagem; ou

II - em situações emergenciais.

Para oferta de cursos a distância dirigidos à educação fundamental de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico, o Decreto n.º 5.622/05 delegou competência às autoridades integrantes dos sistemas de ensino de que trata o artigo 8º da LDB, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições.

Assim, as propostas de cursos nesses níveis deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos (Conselhos Estaduais de Educação) – a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, quando, então, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação.

B. EDUCAÇÃO SUPERIOR e EDUCAÇÃO PROFISSIONAL na modalidade de Educação a Distância:

No caso da oferta de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao Ministério da Educação, solicitando, para isto, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer. O processo será analisado na Secretaria de Educação Superior, por uma Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em educação a distância. O Parecer dessa Comissão será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. O trâmite, portanto, é o mesmo aplicável aos cursos presenciais. A qualidade do projeto da instituição será o foco principal da análise. Para orientar a elaboração de um projeto de curso de graduação a distância, a Secretaria de Educação a Distância elaborou o documento Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância, disponível no site do Ministério para consulta. As bases legais são as indicadas no primeiro parágrafo deste texto.

C. Pós-graduação a distância

A possibilidade de cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância foi disciplinada pelo Capítulo V do Decreto n.º 5.622/05 e pela Resolução nº 01, da Câmara de Ensino Superior-CES, do Conselho Nacional de Educação-CNE, em 3 de abril de 2001.

O artigo 24 do Decreto n.º 5.622/05, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996, determina que os cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidos no referido Decreto. No artigo 11, a Resolução nº 1, de 2001, também conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394/96, de 1996, estabelece que os cursos de pós-graduação lato sensu a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União.

Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso”.

Diplomas e certificados de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras. Conforme o Art. 6º do Dec. 5.622/05, os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições

de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, deverão ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e certificados emitidos tenham validade nacional.

A Resolução CES/CNE 01, de 3 de abril de 2001, relativa a cursos de pós-graduação, dispõe, no artigo 4º, que “os diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu* obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras, para terem validade nacional, devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim.

Vale ressaltar que a Resolução CES/CNE nº 2, de 3 de abril de 2001, determina no caput do artigo 1º, que “os cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais, deverão imediatamente cessar o processo de admissão de novos alunos”.

Estabelece, ainda, que essas instituições estrangeiras deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de homologação da Resolução, encaminhar à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES a relação dos diplomados nesses cursos, bem como dos alunos matriculados, com a previsão do prazo de conclusão. Os diplomados nos referidos cursos “deverão encaminhar documentação necessária para o processo de reconhecimento por intermédio da CAPES”.

ANEXO 2

Secretaria de Educação a Distância - SEED – Missão e Objetivo

- Formular, fomentar e implementar políticas e programas de educação a distância (EAD), visando à universalização e democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação;
- Fomentar a pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais, por meio de aplicações de Tics aos processos didático-pedagógicos;
- Desenvolver, produzir e disseminar conteúdos, programas e ferramentas para a formação inicial e continuada a distância;
- Difundir o uso das TICs no ensino público, estimulando o domínio das novas linguagens de informação e comunicação junto aos educadores e alunos das escolas públicas;
- Melhorar a qualidade da educação;
- Propiciar uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico;
- Preparar os alunos para o exercício da cidadania, mediante ações de inclusão digital;
- Valorizar os profissionais da educação.

ANEXO 3

Dados do PROINF:

- **52.039** escolas públicas (29,8%) com 308.539 computadores
- **23.719** escolas públicas acessam Internet (13,6%)
- **27.664** escolas públicas (15,8%) com uso pedagógico
- **10.227** escolas públicas (5,8%) com mais de 10 computadores
- **83.532** escolas públicas com 167.712 com Televisão
- **75.172** escolas públicas com 129.276 Vídeo-Cassete
- **52.302** escolas públicas com 58.522 antenas parabólicas
- **47.732** escolas públicas com KIT completo
- **25.942** escolas públicas com TV Escola
- **27.615** escolas públicas com Sala TV/Vídeo
- **5.000** escolas públicas beneficiadas com o ProInfo